

Justiça em

Edição 36
ANO VII - agosto de 2013



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Tráfico de animais

A JUSTIÇA FEDERAL
E SUA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO DA FAUNA

PROJETO VARA-MODELO • PERFIL DE ARARAQUARA • SECRETARIA ADMINISTRATIVA
OS 5 ANOS DO CEHAS • AFASTAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE • LIVROS

Caros amigos

Os meses que precederam a distribuição desta revista foram especialmente agitados, notadamente por conta do processo de movimentação de servidores que deflagramos com o intuito de preparar a posse dos novos. Afora isso, entre junho e julho, tivemos a definição do processo relacionado à contratação dos “novos” planos de saúde, a inauguração das novas instalações do Administrativo Central, além da gestão das questões do dia a dia.

Nesse contexto (do dia a dia) um ponto merece destaque: senão todos, ao menos parte dos colegas, deve ter acompanhado, nas últimas semanas, a intensificação dos trabalhos de treinamento, tanto na parte de segurança, como na área-fim (nesse último caso, muito por conta da redefinição de algumas unidades jurisdicionais: JEF que vira Vara, Vara que vira “JEVA” e assim por diante).

Outra importante ocorrência: graças à cooperação de juízes e servidores, foram firmadas valiosíssimas “parcerias” entre Subseções/Fóruns, em

especial no que se refere à distribuição/autuação de feitos “represados” – nesse sentido, para além de várias unidades do interior (Araraquara – que, aliás, é alvo de específica matéria desta revista –, Jundiá, Campinas, entre outras), realçamos o “casamento” entre dois “gigantes” da capital: Pedro Lessa e Aricê Amaral (Execuções Fiscais); o primeiro cedeu servidores ao segundo para estancar (o que efetivamente aconteceu) o pavoroso acúmulo na distribuição experimentada nos últimos meses.

Temos confiança de que assim seguiremos compartilhando, o que significa, assim entendemos, a antecipação

dos efeitos de nossa meta “maior”: difundir a informação, partilhar a atividade decisória administrativa e descentralizar, enfim, a gestão.

E por falar nisso, particularmente em “difusão de informação”, pedimos sua atenção a duas matérias: uma especificamente traçada para fazer (re)conhecer uma das relevantes unidades da Administração Central, a Secretaria Administrativa; outra, relativa à CEHAS, unidade diretamente afeta à DFOR e cuja coordenação foi reassumida, para alegria de todos nós, pela estimada colega Lesley Gasparini.

No mais, amigos, precisamos lhes dizer que, diferentemente do que ocorreu até junho, as últimas semanas foram muito especiais na DFor: atuamos os três, Alessandra, Massimo e Paulo, em regime compartilhado “oficial”, o que, para nós, significa, na prática, a reafirmação da ambicionada descentralização.

Estamos certos de que, em nosso próximo encontro (leia-se “editorial”), teremos ensejo de anunciar (ou um, ou outro, ou todos juntos) novos progressos nesse sentido. ■



Paulo Cesar Conrado
Diretor do Foro

Massimo Palazzolo e Alessandra de Medeiros
Vice-Diretores do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Paulo Cesar Conrado

Juízes Federais Vice-Diretores do Foro
Alessandra de Medeiros Nogueira Reis
Massimo Palazzolo

Diretor da Secretaria Administrativa
Rodrigo Corral

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Ricardo Acedo Nabarro

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários

Igor de Francisci Gonzalez
Paula Spínola
Bárbara Alcalde de Lima

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a
versão virtual da revista em
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

DANÇA – No final de maio a Cia de Dança Casas André Luiz realizou, na Sede Administrativa da JF, uma apresentação especial em comemoração aos 15 anos das campanhas de Natal que acontecem no âmbito da JF/SP e TRF3. A Cia, que existe há 21 anos, é composta por deficientes intelectuais atendidos pela instituição.



CURSO - Em junho foi realizado no auditório do JEF em São Paulo o "Curso de Introdução ao Processo Civil Alemão", ministrado pelo professor Sven Korzillius, da Faculdade de Direito da USP. O evento foi transmitido por videoconferência às demais subseções judiciárias do estado.



TRANSPARÊNCIA - Aconteceu no dia 20/6, no auditório da Justiça Federal (CJF) em Brasília/DF, o seminário "Transparência na Justiça Federal – Alcance e Limites", com enfoque sobre a Lei de Acesso à Informação e o papel da comunicação organizacional. O evento recebeu assessores de comunicação da JF de todo o país, além de servidores, magistrados, acadêmicos e estudiosos sobre o assunto abordado.



NOVOS SERVIDORES – Tomaram posse, no dia 15/7, 50 novos servidores que foram aproveitados do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do estado, sendo 28 técnicos e 22 analistas judiciários.

SEDE ADMINISTRATIVA - No dia 27/6, foram inauguradas as novas instalações da Sede Administrativa da Seção Judiciária do Estado de São Paulo "Juiz Federal Luiz Rondon Teixeira Magalhães". O novo prédio abrigará setores administrativos diretamente gerenciados pela Diretoria do Foro e pela Secretaria Administrativa (foto na página anterior).



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Em 1/7 foi realizada a solenidade de inauguração do JEF em São José dos Campos. A jurisdição atende os municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São Jose dos Campos.



PIRACICABA - Foi realizada no dia 14/6, no auditório do Fórum Federal de Piracicaba/SP, a palestra sobre "Organização Pessoal e Gestão do Tempo", ministrada pela diretora do Núcleo da Escola de Servidores (NUES), Gisele Molinari Fessore.



25 anos da Constituição Federal

Estão abertas até 23 de agosto as inscrições para participar da comemoração "25 Anos da Constituição Cidadã: olhar para o passado, reflexão sobre o presente e construção do futuro". O evento, de 4 a 6 de setembro, acontece no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça, STJ, em Brasília. As 400 vagas são destinadas a magistrados, estudantes, professores, advogados e demais operadores do Direito. Informações e inscrições, acesse o portal do Conselho da Justiça Federal.

www.cjf.jus.br/cjf/eventos/25-anos-da-constituicao



Campanhas do Governo Federal

O governo federal, através de campanhas específicas, trabalha para a melhoria da vida do cidadão. "Mulheres do Brasil" foca o papel feminino no desenvolvimento do País. "Crack - é possível vencer" aborda os caminhos para enfrentar a droga. "Viver sem Limite" destaca inclusão social, acessibilidade, educação e saúde. "Criança e Adolescente" estimula denúncias de casos suspeitos de violência sexual.

www2.planalto.gov.br/especiais/especiais



Ministério do Esporte distribui mais de 5 mil Bolsas-Atleta

O número de beneficiados do Bolsa-Atleta totaliza 5.691 esportistas para 2013, com uma verba de R\$ 180 milhões. As categorias listadas são: Base (266), Estudantil (234), Nacional (3.858), Internacional (944) e Olímpico/Paraolímpico (389). Medalistas consagrados fazem parte do programa. A partir de agosto, bolsistas de esportes individuais podem migrar para o Bolsa-Pódio, que integra o Plano Brasil Medalhas, com valores de R\$ 5 mil e 15 mil.



I Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União

Encerram-se no dia 13 de setembro as inscrições para o concurso de boas práticas da CGU. Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal de todo o país concorrem para prêmios de duas categorias: "Aprimoramento dos controles internos administrativos" e "Promoção da transparência". Serão premiadas as três melhores práticas.

www.cgu.gov.br/Concursos/1_ConcursoBoasPraticas.asp

21º Anima Mundi Festival Internacional de Animação do Brasil

O evento acontece no Rio de Janeiro, de 2 a 11 de agosto, e em São Paulo, de 14 a 18 de agosto. Depois, em formato itinerante, circula em outras cidades do Brasil. Estão previstas 485 curtas e longas-metragens de animação de diversos gêneros, com palestras e fóruns.

www.animamundi.com.br



28ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia

Encerram-se no dia 17 de agosto as inscrições para a 28ª Mostratec. A Mostra escolherá o melhor projeto científico com autoria de alunos do ensino médio e da educação profissional de nível técnico, de todo o Brasil. A feira conta, também, com a participação de projetos de pesquisa de vários países, e é realizada anualmente pela Fundação Liberato, em Novo Hamburgo, Rio do Grande do Sul.

www.mostratec.com.br



87ª Festa de Nossa Senhora Achirópita

De 3 de agosto a 1º de setembro, aos fins de semana, acontece a famosa festa em homenagem à padroeira no bairro do Bexiga, em São Paulo. Conhecida pelos seus pratos

e doces típicos da Itália, conta com mais de 950 voluntários. Horário: sábado, das 18h à 0h; domingo, das 17h30 às 22h30. Rua Treze de Maio, 478 – Bixiga. Tel.: (11) 3106-7235.

www.achirópita.org.br/festa-da-padroeira/a-festa

Corridas pelo Brasil

Quem gosta desta atividade esportiva está sempre acompanhando os calendários de corrida nas mais diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, o site oficial de turismo da cidade de São Paulo apresenta o cronograma de 2013 para iniciantes e atletas. Confira em www.cidadedesapaulo.com/sp/br/noticias/3639-corra-e-confira-as-corridas-de-2013. Indicamos também alguns sites onde os competidores podem seguir as datas das próximas atividades esportivas dessa modalidade: www.atividadefisica.net/; www.linhadechegada.com/Eventos/Calendario e www.corredorderua.com.br/calendario/.



CENTRAL DE HASTAS PÚBLICAS

Com cinco anos de existência, a Central de Hastas Públicas da Justiça Federal já realizou mais de 100 leilões judiciais

Criada em 2008 pela Resolução n.º 315, a CEHAS tem o objetivo de divulgar amplamente os leilões judiciais e intensificar as arrematações dos bens penhorados em processos em fase de execução e nos executivos fiscais, bem como os confiscados em processos criminais.

Quando iniciou as atividades eram atendidas as Subseções de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Santos. Como a adesão sempre foi facultativa, eram prestados atendimentos para apenas 14 varas. Contudo, com a competência estendida para toda a Seção Judiciária de São Paulo, atualmente já são 107 varas federais participantes.

“As varas encontram na CEHAS o apoio à execução de tarefas, como a ampla divulgação dos certames na mídia, publicação dos editais, a realização do leilão com os atos pertinentes, dentre outros. Os arrematantes contam com total acesso às informações sobre os bens que são levados a leilão; os bens alcançam melhores valores na arrematação, o que beneficia tanto os executados quanto os exequentes, sendo possível até saldar a dívida”, afirmou a juíza federal Lesley Gasparini, presidente da Comissão Permanente de Hastas Públicas de São Paulo.

Durante os cinco anos de atividades, novos procedimentos foram implantados. As principais mudanças que hoje se encontram consolidadas são:

- O estabelecimento de um cronograma regular de leilões favorecendo a celeridade processual, com leilões ocorrendo semana sim, semana não.
- O aperfeiçoamento e a padronização de todo o trâmite necessário para que o leilão aconteça.
- A elaboração de diversos manuais (penhora e avaliação, varas participantes e leiloeiros).

A padronização de procedimentos, a busca constante de melhores resultados, o acompanhamento de perto do trabalho realizado pelos leiloeiros e a regularidade dos leilões fizeram a CEHAS estabelecer o atual padrão de qualidade dos serviços prestados.

Na opinião da juíza Lesley, “a padronização dos procedimentos, incluindo-se o trabalho dos oficiais de justiça na realização da diligência de penhora, faz com que o bem a ser leiloado seja mais bem avaliado nos certames”. Ela destaca que após a implantação da CEHAS o número de arrematações e valores obtidos alcançou patamares nunca antes encontrados na Justiça Federal de São Paulo. Outro fator destacado pelo diretor da CEHAS, Alex Nakano, é o estreitamento da relação com a Procuradoria da Fazenda Nacional, “que resultou na simplificação dos parcelamentos administrativos de arrematação, e a ampliação da divulgação dos leilões”.

Os Leilões

A variedade de itens que são leiloados surpreende. Além dos mais comuns como imóveis, veículos, móveis, máquinas, suprimentos de informática, há também bichos de pelúcia, joias, artigos em ouro, roupas, gravatas, meias, tênis, sacos de lixo, aquários, cadarços, fraldas descartáveis e até tijolos de barro.

Dentre os imóveis de maior notoriedade já leiloados estão um prédio localizado na avenida Brigadeiro Luiz

Antonio, vendido por R\$ 7,53 milhões; um na região de Marília, arrematado por R\$ 7,52 milhões; e outro na cidade de Santo André, comprado por R\$ 15,67 milhões.

O leilão mais curioso talvez tenha sido o dos carros da própria Administração da Justiça Federal, provenientes do desfazimento. “O auditório ficou lotado. Entre os veículos, o mais desejado foi o Landau que, inicialmente avaliado em R\$ 3 mil, acabou arrematado por R\$ 15,7 mil, cinco vezes o valor do lance mínimo”, afirmou a servidora Andressa Oliveira Julio, diretora da CEHAS na época em que ocorreu o leilão.

O número de interessados só aumenta. “Em todo leilão observamos pessoas novas de todo o estado de São Paulo e algumas de outros estados. São pessoas das mais diversas profissões. Alguns comparecem para comprar um bem para si, outros para comercializá-los”, declarou Alex Nakano. A arrecadação desde a criação da CEHAS já soma R\$ 240.254.002,45 de forma direta e R\$ 355.953.739,70 de forma indireta (decorrente de débitos parcelados ou quitados).

“A Central de Hastas Públicas Unificadas da Justiça Federal permite a todos maior confiabilidade e transparência no procedimento de leilão, atendendo assim aos princípios constitucionais e a efetividade da prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário”

Lesley Gasparini, juíza federal e presidente da Comissão Permanente de Hastas Públicas de São Paulo.



CRIMES CONTRA A FAUNA

O Brasil é o país que possui a maior biodiversidade do mundo, segundo dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estima-se que existam, somente em relação à fauna brasileira, mais de 11 mil espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes.

Boa parte dessa riqueza e variedade, no entanto, vem sendo ameaçada pela prática de crimes contra os animais silvestres. Caça predatória, tráfico e comércio ilegal, desmatamento, manutenção em cativeiro e maus-tratos são apenas alguns exemplos dos ilícitos cometidos. Muitos desses casos vão parar na Justiça Federal, que, dependendo das circunstâncias, possui competência para o julgamento dos processos. A Justiça Estadual também pode processar outros crimes ambientais.

O procurador da República Adilson Prudente Filho, que lida com ações na área ambiental, explica que um dos papéis do Ministério Público Federal é combater o comércio internacional de animais e a biopirataria¹, embora haja situações de tráfico interno que também são levados à competência federal.

"Temos atuado em casos envolvendo quadrilhas organizadas, buscando abarcar toda a rede de ações do tráfico de animais silvestres, da caça

e coleta à distribuição final, seja no mercado interno, seja, principalmente, no mercado internacional", afirma o procurador.

O trabalho é feito em conjunto com a Polícia Federal (PF), por meio de operações de inteligência e investigações de longo prazo. Desta forma é possível identificar todos os membros das quadrilhas e as respectivas formas de atuação.

Tráfico de Animais

No final do ano passado, uma operação deflagrada pela PF resultou na prisão de nove pessoas e no indiciamento de pelo menos outras vinte, acusadas de tráfico de animais silvestres. Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pela 8ª Vara Federal Criminal em São Paulo e cumpridos em quatro estados.

As atividades da quadrilha envolviam a captura de primatas e aves, algumas ameaçadas de extinção. Foram apreendidos mais de 570 animais, os quais eram transportados em péssimas condições, provocando muitas mortes e mutilações. Por ser uma atividade altamente lucrativa, essa prática atrai a atenção dos criminosos. "Estudos apontam que, em determinados anos, os valores movimentados pelo tráfico de animais silvestres foram inferiores apenas àqueles gerados pelo tráfico de drogas e de armas. É certo que se trata de uma estimativa, pois em razão da ilegalidade destas atividades, há uma imensa cifra cuja aferição é imprecisa", ressalta Adilson Prudente Filho.

Com relação à biopirataria, pesquisadores estrangeiros pagam somas significativas por animais silvestres brasileiros. Há um grande interesse despertado pela peçonha de aranhas,



escorpiões, cobras e mesmo sapos, que são utilizados como base de medicamentos como hipertensivos.

Maus-Tratos

Silvia Pompeu, que há 22 anos atua na proteção e defesa dos animais, conhece bem a realidade daqueles que foram vítimas de maus-tratos. Ela e seu marido, Marcos Pompeu, são fundadores da Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos (ASERG), em Cotia/SP. A entidade, que cuida de cerca de 320 animais de vinte espécies diferentes, presta auxílio a órgãos como o IBAMA e a Polícia Militar Ambiental, acolhendo e cuidando de animais apreendidos de tráfico, rinhas, circos ou vítimas de qualquer outro tipo de crueldade.

"Quando os animais chegam aqui já sofreram tudo o que é possível sofrer. Perderam seu habitat, família e sua função biológica. Devido aos terríveis traumas que vivenciam, em alguns casos eles chegam, recebem o tratamento, mas infelizmente não resistem", ressalta Silvia.

No entanto, graças ao auxílio



prestado pela Associação há muitos que conseguem ser salvos. Isso aconteceu com a leoa batizada de "Gaya", vítima de maus tratos sofridos pelo domador do circo de onde foi trazida. Ela teve seus dentes serrados, garras arrancadas, corpo queimado e era frequentemente espancada para poder realizar os números circenses, além de estar extremamente desnutrida e com uma grave infecção bucal. Após um período bem sucedido de tratamento, sua saúde foi restabelecida e ela pode desfrutar de uma condição melhor de vida no Santuário.

Desmatamento e Extinção das Espécies

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, atualmente as principais causas de extinção tanto da fauna quanto da flora são a degradação e a fragmentação de ambientes naturais. Isso vem como consequência da abertura de grandes áreas para implantação de pastagens ou agricultura convencional, extração e comércio ilegal de madeira, expansão urbana, ampliação de rodovias, poluição, incêndios florestais, formação de lagos para hidrelétricas e mineração de superfície.

Esses fatores reduzem o total de habitats disponíveis às espécies e aumentam o grau de isolamento entre suas populações, o que pode acarretar perdas de variabilidade genética e, eventualmente, a extinção de espécies. Na opinião de Sílvia Pompeu, o desmatamento é de fato o grande vilão dos crimes ambientais atualmente. Ela lembra que o Estudo de Impacto Ambiental, que deve ser feito antes da execução de projetos que possam causar danos ao meio ambiente, nem sempre funciona na prática, trazendo prejuízos irreparáveis à área degradada.



Legislação

A legislação ambiental do Brasil é vista como uma das mais modernas do mundo. No entanto, a falta de fiscalização



Como posso denunciar crimes ambientais?

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL: atende o estado de São Paulo para crimes como desmatamento, caça, pesca ilegal, tráfico e venda de animais silvestres e crueldades. Tel.: 0800 11 35 60

LINHA VERDE DO IBAMA: 0800 61 80 80

e a efetiva aplicação da lei são apontados pelos órgãos de proteção dos animais como fatores críticos para se obter os resultados esperados. A própria Constituição Federal estabelece em seu artigo 225, § 1º, VII, que "incumbe ao Poder Público proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade".

Já a Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) prevê, nos artigos 29 a 37, as condutas que caracterizam crimes contra a fauna. Para o procurador Adilson Prudente Filho "o problema mais sério é a inexistência de uma tipificação para o tráfico de animais silvestres, pois devido à sua gravidade mereceria um tipo específico, com penas muito severas para aqueles que fazem desta atividade pernicioso o seu modo de vida". ■

Proteção à Fauna

Recai sobre cada pessoa a responsabilidade de proteger a fauna. A prática dos crimes ambientais faz com que novas espécies entrem na lista dos animais com risco de extinção. O Poder Público, a iniciativa privada, organizações não governamentais e a própria sociedade podem auxiliar na tarefa de defender e preservar a biodiversidade por meio de ações como:

- **Investir na conscientização ambiental maciça da população, usando a máquina pública para atingir esse objetivo;**
- **Denunciar casos de crimes ambientais como maus-tratos aos animais, desmatamento, tráfico e comércio ilegal;**
- **Celebrar convênios e parcerias com organizações que tenham compromisso com a causa ambiental. Subsidiar, ao menos em parte, os custos decorrentes de suas atividades, pois quase todas são mantidas por doações voluntárias e não tem participação do Poder Público;**
- **Não incentivar a compra de animais silvestres ou mesmo mantê-los em cativeiro por meio da guarda doméstica.**

Segundo a Constituição Federal "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida" (Art. 225 CF). O mesmo artigo estabelece também que cabe "ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

¹ Biopirataria: É o envio ilegal de elementos da fauna e da flora de um determinado país para o estrangeiro com fins industriais ou medicinais (cosméticos e remédios) buscando lucros econômicos com os produtos comercializados.

VARA-MODELO: PREPARANDO O SERVIDOR PARA O TRABALHO

Buscar uma melhora contínua nos serviços prestados à população é um dos principais objetivos da Administração da Justiça Federal em São Paulo. Constantemente, o Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores (NUES) organiza cursos, palestras e workshops, dos mais variados temas, com esta finalidade.

Nessa linha, ainda neste ano será realizado o "Projeto Vara-Modelo", de iniciativa da Diretoria do Foro, que oferecerá cursos divididos em módulos, abordando sobre procedimentos cartorários e ritos processuais de todas as matérias federais.

"Neste primeiro módulo, o enfoque será mais em matérias comuns, como nas áreas cível e criminal, por exemplo. Além disso, serão passados alguns procedimentos cartorários básicos, como o manuseio do sistema processual utilizado nas varas", afirma Gisele Molinari Fessore, diretora do NUES.

O Projeto será via EaD Moodle (ensino a distância) para todos os servidores, especialmente para os recém ingressados na Justiça Federal. De acordo com Gisele Fessore, o projeto visa a "homogeneização dos procedimentos e oferecimento de atualização e aperfeiçoamento para, principalmente, servidores que tenham alteração de lotação ou mudança de área de sua unidade organizacional".

Um diferencial deste curso é que ele será ministrado por servidores e diretores de secretaria, que possuem vasta experiência cartorária e passaram por um processo seletivo próprio para o projeto. Tal medida visa, além de dar oportunidade de participação a todos os servidores, a aproximação dos conteúdos com a realidade cotidiana das varas e juizados.

Alguns dos temas que serão abordados são: estrutura organizacional geral de fórum e vara, competências

da área (civil e criminal), legislação específica, noções básicas de direito, aspectos jurídicos da atuação, normas internas, procedimentos processuais e administrativos internos, rotinas cartorárias e processuais, sistemas informatizados e atendimento ao público. Outras vantagens do curso são: dar a oportunidade de reciclagem para os servidores que já atuam na JF/SP, proporcionar intercâmbio de boas práticas, trocas de experiências e padronização de procedimentos.

"A padronização, a educação continuada, a eliminação das lacunas das competências institucionais são tendências no Poder Judiciário, inclusive previstos pelo Conselho da Justiça Federal e Conselho Nacional de Justiça", acrescenta Gisele Fessore. Como este projeto é de extrema importância para os servidores que acabaram de ingressar na JF/SP, a intenção é de que no futuro, os módulos passem a integrar a ambientação de novos servidores. ■



Outros projetos da Escola de Servidores

- Projeto Facilitar: visa detectar necessidades de treinamento das varas/juizados que serão transformados ou inaugurados a fim de minimizar as dificuldades decorrentes da nova atividade.
- Projeto Excelência em Gestão: já iniciado em algumas subseções, oferece aos servidores ações de capacitação com foco em gestão, como gestão do tempo ou gestão estratégica.
- Programa Desenvolvimento Gerencial: destinado à capacitação dos gestores que ocupam funções gerenciais, incluindo diretores, supervisores e oficiais de gabinete.

Vantagens da Educação a Distância

A modalidade de ensino a distância é um processo que busca oportunizar ao aluno um aprendizado independente, auxiliado por tecnologias (internet, fórum, chat, videoconferência), onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Essa modalidade de ensino permite uma eficaz combinação de estudo e trabalho, garantindo a permanência do aluno em seu próprio ambiente, seja ele profissional, cultural ou familiar. Ao contrário da educação presencial, na Ead é o aluno quem decide quando, como e onde estudar. Porém, é necessário que alguns itens sejam seguidos, como: disciplina para o estudo; organização do aprendizado, evitando o acúmulo de leituras e exercícios; envolvimento como em qualquer curso presencial; e participação, que é vital para a integração e interação. (retirado do site "Portal Educação")

LEVANTAMENTO APONTA AS CAUSAS DE AFASTAMENTO NA JF

A alta incidência de doenças físicas e emocionais em magistrados e servidores do Poder Judiciário relacionadas com o ambiente de trabalho levou o Conselho Nacional de Justiça a criar, em 2011, um grupo de trabalho voltado para apresentar soluções que revertam esse quadro preocupante.

O grande volume de pedidos de alteração de lotação, licenças médicas prorrogadas por longos períodos e aposentadorias por invalidez reflete a gravidade desse quadro. Enfrentar as situações que levam ao adoecimento na Justiça Federal é o grande desafio.

Levantamento feito pelo Núcleo de Saúde em 2012 demonstra quais são os principais motivos dos afastamentos para tratamento de saúde na Seção Judiciária de São Paulo. O levantamento abrange cinco anos de dados e aponta uma repetição das causas que geram afastamentos.

Em primeiro lugar estão as doenças respiratórias (gripe, resfriado, asma, etc.), seguidas pelas osteomusculares (LER, fibromialgia, dores lombares, etc.), gastrointestinais (diarreia, gastrite, etc.), oftalmológicas (conjuntivite, dilatação de pupila, etc.), otorrinológicas (sinusite, amidalite, etc.), renais (cálculo, infecção urinária, etc.), traumatológicas,

mentais (depressão), doenças infecciosas e cardiológicas (hipertensão, etc.).

Mas qual será a origem de tantos afastamentos e o que podemos fazer para melhorar esse quadro? "Nós entendemos que a saúde e o bem-estar estão relacionados a um sistema biopsicossocial e até mesmo espiritual", afirma a diretora do Núcleo de Saúde (NUSA), Rosa Maria do Prado. "O adoecimento, quando acontece em uma parte desse sistema, traz consequências para todas as demais áreas do organismo", acrescenta.

Rosa explica que, infelizmente, boa parte do trabalho do NUSA é dedicado às perícias médicas porque as pessoas demoram a procurar ajuda, fazendo isso apenas quando a doença já está instalada: "É nosso objetivo atuar mais fortemente na prevenção do problema. Por essa razão recebemos todos aqueles que desejam orientar-se e tenham dúvidas a respeito da saúde, tanto de si próprio quanto de seus servidores".

Núcleo de Saúde

A Justiça Federal de São Paulo possui uma área dedicada à saúde, com profissionais capacitados para atender e orientar os seus funcionários, realizando campanhas de prevenção e ações de

qualidade de vida.

Sua estrutura engloba uma área que realiza atendimento de urgência médica, odontológica e psicossocial, prevenção e qualidade de vida; e outra do Pró-Social, responsável pela gestão de contratos de saúde, convênios, agenda cultural e de benefícios. "É preciso que a questão da saúde seja debatida de forma ampla por toda a sociedade, afinal não é apenas no trabalho que a doença aparece", diz Rosa.

Por conta disso o Pró-Social tem como meta a qualidade de vida dos servidores, buscando através de seus serviços oferecer a maior diversidade em atividades de lazer, cultura e esporte. Também são firmados acordos com empresas comerciais para a concessão de descontos e facilidades no pagamento de produtos e serviços.

"Mas uma questão é preciso ressaltar: nós atendemos somente quando somos acionados, precisamos receber a demanda para agir em cima dela, seja pelo próprio servidor ou de sua chefia. Não podemos esquecer que cada indivíduo é responsável pela sua saúde e bem-estar", afirma a diretora do NUSA. E conclui: "Viva o presente, porque cada momento é absolutamente único". ■

Quantidade de Afastamentos por Motivo em 2012

(*) O número inclui afastamentos de apenas um dia

Fonte: Núcleo de Saúde – Seção de Atenção à Saúde (NUSA-SUSD)



DICAS

- Reconheça que precisa de ajuda
 - Escute o próprio corpo
- Reflita sobre aspectos pessoais
 - Pratique atividade física
 - Possua um hobby
 - Tenha alimentação saudável
- Compartilhe o que sente com alguém de confiança

ARARAQUARA

Igor De Francisci Gonzalez

Termo tupi que significa “toca de arará (modalidade de formiga)”, através da junção dos termos arará (“formiga arará”) e kûara (“toca”). Outra hipótese etimológica, porém, aponta para o significado “toca de arara”.

Em 22 de agosto de 1817, Pedro José Neto fundava o município de Araraquara. Na época, a cidade contava com aproximadamente 300 habitantes, em várias propriedades rurais, onde além dos fazendeiros e familiares, trabalhavam escravos e agregados. A cidade começou a ser habitada por carpinteiros, ferreiros, sapateiros, oleiros, tecelões e funcionários da administração, desenvolvendo-se ao redor da capela em louvor a São Bento, padroeiro da cidade.

Em 1832, conquista de vez a autonomia administrativa. Na primeira metade do século XIX, as imensas propriedades rurais da região plantavam cana-de-açúcar, milho, cereais, fumo e algodão. Nos anos 50, a plantação de café substitui a de cana e cereais, tornando-se o produto de maior importância na economia local. Com a abolição do trabalho escravo houve a necessidade de substituir a efetiva mão-de-obra por trabalhadores nacionais e europeus.

Por volta de 1885, foi construída a ferrovia que estimulou e contribuiu no crescimento da cidade, que chegou a ser considerada a “Cidade Mais Linda das Três

Américas”. Além disso foi a primeira cidade do interior a ter linhas de ônibus elétricos (Trolebus).

Em meados de 1960, Araraquara se torna um grande centro comercial, além de contar com um parque industrial em ascensão, ganhando destaque nos setores de mecânica, metalurgia, têxtil, alimentício, bebida e implementos agrícolas.

Justiça Federal

Em 15 de dezembro de 2000, o então presidente do TRF3, o desembargador federal José Kallas, inaugurou em Araraquara a 20ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo. Hoje, o Fórum se localiza na Avenida Padre Francisco Sales Colturato, nº. 658, com aproximadamente 5 mil metros de área construída.

A Subseção contém duas varas e um JEF. A equipe é formada por três juízes, entre eles a diretora da Subseção, Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa, 60 servidores, 20 estagiários e 30 terceirizados.

Quando instalado, o Fórum recebeu por volta de 5 mil processos vindos da Justiça Estadual. Atualmente há mais de 11 mil processos em tramitação, um aumento significativo comparado aos primeiros meses de funcionamento.

“Tendo em vista a recente instalação do JEF, a tendência é o crescimento da demanda. Vale ressaltar que nos últimos cinco anos foram distribuídas mais de 24 mil ações que já foram julgadas”, afirmou a diretora do Núcleo de Apoio Regional Ana Paula dos Passos Moraes.

“Paralelamente à facilitação para o Fisco executar seus créditos e alguma questão agrária, o que realmente sobressai e tem importância social diz respeito à demanda previdenciária da região atendida pela Justiça Federal”, afirmou a juíza diretora Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa.

Atualmente a Subseção abrange dezenove cidades: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiju. ■



SECRETARIA ADMINISTRATIVA – SADM

É a área responsável pela coordenação do trabalho desenvolvido na área administrativa da Justiça Federal de Primeiro Grau, conforme diretrizes da Diretoria do Foro. A Diretoria Administrativa exerce a função de ordenador de despesas, responsabilizando-se pelo andamento e aplicação de recursos para aquisições e contratação de serviços destinados à atividade jurisdicional, bem como pelas atividades relacionadas à área de Recursos Humanos.

A Secretaria Administrativa é composta pelas Seções de Apoio à Diretoria Administrativa e de Diárias e Passagens. Estão subordinadas a ela as cinco Subsecretarias (UGEPE, UAPA, UMIN, ULIF e UMAD), que serão abordadas nas próximas edições; e os Núcleos de Comunicação Social, de Organização e Métodos e de Planejamento. Veja a seguir algumas de suas atribuições:

Seção de Diárias

- É responsável pelo recebimento, conferência e análise dos pedidos de diárias, passagens e prestação de contas. Presta suporte e atendimento aos beneficiários das diárias e passagens. Realiza as publicações das concessões, a solicitação de devolução de valores conforme a legislação vigente, e gestão do orçamento.

Núcleo de Comunicação de Social

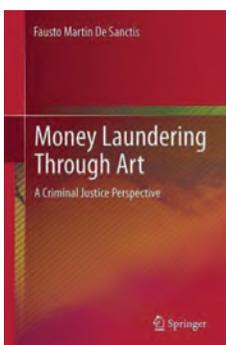
- Tem a função de promover e zelar pela imagem corporativa da instituição, dar publicidade às ações da Justiça Federal de São Paulo, zelando pela transparência do órgão. Atende aos veículos de comunicação de forma clara e objetiva; aproxima o Judiciário da população por meio da publicação de conteúdos informativos e didáticos; promove o endomarketing na instituição a fim de valorizar e motivar o público interno e a prestação jurisdicional.

Núcleo de Organização e Métodos

- Atua como um escritório de projetos estratégicos seccional. Realiza análise e elaboração de propostas de normatização sobre temas diversos, estuda e prepara projetos relacionados à estrutura organizacional, como organograma, quadro de varas, cargos e funções. Além disso, auxiliou o Tribunal Regional Federal da 3ª Região na implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo.

Núcleo de Planejamento

- Responsável pelos procedimentos que visam garantir os recursos orçamentários para utilização da instituição. Faz acompanhamento e monitoramento contínuo de todas as áreas envolvidas para melhor uso destes recursos, seguindo as diretrizes da administração. Desenvolve atividades contínuas de acordo com a lei de diretrizes orçamentárias.



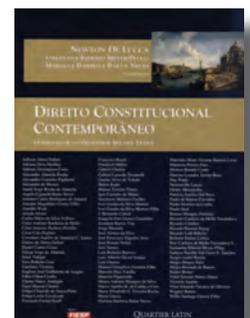
Money Laundering through Art: A Criminal Justice Perspective Autor: Fausto De Sanctis

O desembargador federal do TRF3 Fausto De Sanctis lançou o livro “Money Laundering through Art: A Criminal Justice Perspective” no mercado americano e europeu. A obra proporciona uma visão geral dos novos meios pelos quais o dinheiro pode ser lavado, inclusive por intermédio de atividades ilegais envolvendo obras de arte.

LIVROS

Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao professor Michel Temer Organizadores: Newton De Lucca, Mariana Barboza Baeta Neves e Samantha Meyer-Pflug

O presidente do TRF3 Newton De Lucca é um dos organizadores da obra composta por artigos que homenageiam o vice-presidente da República, Michel Temer. O livro trata de assuntos atuais do Direito Constitucional pátrio, como o Estado Democrático de Direito, a relação entre os poderes, a governabilidade, a efetividade dos direitos fundamentais e a internacionalização do direito.



11 DE AGOSTO

DIA DOS PAIS

Um dia para se celebrar, refletir e agradecer.



“Bons pais corrigem erros,
pais brilhantes ensinam a pensar.”

Augusto Cury

